



TECNOLOGIA E POLÍTICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A AÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Sílvio César Oliveira Benevides¹

A contemporaneidade tem se caracterizado, dentre outros fatores, por uma intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humana, ampliação esta, marcada por um acentuado dinamismo das instituições sociais cuja abrangência atinge escalas globais. Tal abrangência, por sua vez, provoca o que Giddens ² chama de uma crescente interconexão entre influências globalizantes, num extremo, e disposições pessoais, no outro. Essa interconectividade crescente seria a força motriz da constante tensão existente entre a rede e o ser, como enfatiza Castells,³ motivada, ente outros fatores, por uma substancial interação via tecnologias de comunicação e informação que, por conseguinte, têm permitido uma conectividade instantânea entre os indivíduos, e entre estes e instituições, por tarifas cada vez mais acessíveis. Diante do exposto, este trabalho visa elaborar uma breve exposição teórica do cenário social contemporâneo com vistas a buscar um entendimento, ainda que em linhas gerais, sobre as articulações entre espaço, tempo e as sociedades em rede, assim como, tentar entender de que maneira as tecnologias de informação e comunicação têm influenciado a cultura política no tempo presente.

As economias contemporâneas têm mantido uma interdependência cada vez mais acentuada, reconfigurando a relação entre economia, Estado e sociedade, como também o próprio capitalismo que passa por um processo de profunda reestruturação. No contexto atual, segundo Ianni,⁴ o espaço global não pode mais ser pensado como um mero conglomerado de nações ou Estados, nem o indivíduo tomado, singular ou coletivamente, como povo, classe, grupo, etc. Para ele, tanto a nação quanto o indivíduo foram subsumidos no mundo contemporâneo, isto é, diluídos numa

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

² Anthony Giddens. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

³ Manuel Castells. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁴ Otávio Ianni. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

sociedade globalmente ampliada, baseada em relações transnacionais pautadas sob a hegemonia do capitalismo e das tecnologias de informação e comunicação. Por essa razão não é mais possível, de acordo com ele, pensar as sociedades atuais como sociedades nacionais, mas, sim, pensar uma sociedade global cujo espaço independe dos limites dos espaços locais, ou seja, dos limites impostos pelo Estado-Nação. Ele acredita que na contemporaneidade está emergindo uma nova sociedade transespacial, baseada em relações transnacionais, cujos sinais já podem ser claramente percebidos, a exemplo da descentralização das empresas e sua organização em rede (interna e externa); fortalecimento do capital em relação ao trabalho; declínio da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação das relações de trabalho; incorporação maciça da mão-de-obra feminina na força de trabalho remunerada; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social; aumento da concorrência econômica global para a acumulação e gestão de capital, em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais, além da globalização dos mercados financeiros e de outros segmentos da economia organizados em um sistema interdependente, que funciona como uma unidade em tempo real.

Por conta de todos esses fenômenos, acentuou-se um desenvolvimento econômico-social desigual não somente entre o Norte e o Sul, mas também nos seguimentos e territórios dinâmicos das sociedades em todos os lugares do globo, sobretudo naquelas partes que podem se tornar não pertinentes, considerando a perspectiva da lógica do sistema vigente. Na verdade, diz Castells,⁵ o que se pode observar é uma liberação de forças produtivas consideráveis da revolução informacional e a estabilização de buracos negros de miséria humana na economia globalizada. Concomitantemente, em todo o mundo, as atividades e organizações criminosas, assim como toda e qualquer forma de negócio ilícito, também se tornaram globais e informacionais, de armamentos sofisticados à carne humana. Ademais, um novo sistema de comunicação cada vez mais integrado por uma língua universal digital, tanto está promovendo a conexão global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de como, paralelamente, estão sendo apropriados pelo gosto das identidades e humores dos

⁵ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.



indivíduos em suas culturas locais. Essa característica do mundo contemporâneo, de acordo com Bauman,⁶ tem causado uma progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais (cada vez mais globais) e o resto da população (cada vez mais localizada), pois, segundo ele, a produção de significado e valor está cada vez mais extraterritorializada e emancipada de restrições locais, enquanto a condição humana é sempre local.

Como se pode perceber, a profunda reestruturação pela qual vem passando o capitalismo na contemporaneidade evidencia um paradoxo, pois se trata de um processo que, concomitantemente, une e divide os povos, conforme assevera Bauman,⁷ referindo-se ao fenômeno da globalização. Partindo-se dessa perspectiva, é possível dizer que o fenômeno da globalização une os povos à medida que, estando configurado em rede, possibilita uma vigorosa interação em escala global. Todavia, também divide, pois consolida e acentua a exclusão de uma significativa parcela da população mundial localizada nos recantos chamados pelo sociólogo polonês de buracos negros de miséria e exclusão. Sendo assim, essa reestruturação capitalista atual revela, de um lado, um presente perverso e, de outro, um horizonte de um futuro promissor, desde que, conforme chama atenção Santos,⁸ as condições postas sejam politicamente bem aproveitadas.

Simultaneamente, à reestruturação capitalista, expressivas e drásticas mudanças sociais vêm ocorrendo no contexto histórico contemporâneo. Segundo Castells,⁹ os mais significativos são a transformação da condição feminina que acabou por enfraquecer o patriarcalismo nas mais variadas sociedades, convertendo a relação entre os sexos num domínio de disputas políticas, ao invés de uma esfera da reprodução biológica-cultural; a consciência ambiental que tem permeado as instituições sociais a ponto de seus valores ganharem apelo político, que passaram a ser refutados e/ou manipulados na prática cotidiana das empresas e burocracias; a crise estrutural de legitimidade dos sistemas políticos arrasados por escândalos de todos

⁶ Zygmunt Bauman. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁷ Zygmunt Bauman. *Modernidade e ambivalência*, 1999.

⁸ Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁹ Manuel Castells. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

os tipos, cada vez mais alvo da cobertura midiática¹⁰; a fragmentação dos movimentos sociais, cada vez mais localizados, com objetivos únicos e efêmeros, limitados aos seus universos interiores ou buscando espaço nas mídias em geral; e, por fim, o fundamentalismo religioso, seja cristão, judeu, islâmico, hindu, budista, que se configurou na contemporaneidade como uma força significativa de segurança pessoal e mobilização coletiva frente a um contexto de tensão constante entre a rede e o ser.

Por conta de tais mudanças, pode-se dizer que a globalização é um fenômeno ambíguo. Se por um lado ele possibilitou a integração econômica, desencadeada, sobretudo, pelo crescimento do comércio e do mercado financeiro internacional; por outro, também propiciou, através da emergência de atores, redes e instituições transnacionais, a internacionalização de políticas contestatórias, pois por conta dos avanços tecnológicos, especialmente nas comunicações, o que permitiu a troca de informações fora do controle estatal, foram criadas estruturas e circunstâncias para o surgimento de práticas e ações alternativas de movimentos antiglobalização ou que lutam por uma outra globalização, configurados em redes transnacionais, a exemplo do Fórum Social Mundial (FSM). Suas quatro edições, realizadas entre 2001 e 2005 em Porto Alegre-RS, mostraram que as redes transnacionais de movimentos sociais pretendem ir além das manifestações de rua e avançar as discussões com outros atores sociais

¹⁰ Dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” revelam que os partidos políticos e o parlamento são as instituições com o maior índice de desconfiança entre os jovens brasileiros, aparecendo em último lugar no item referente à confiança nas instituições. 65% dos entrevistados não confiam nem nos partidos, nem no parlamento; enquanto 32% confiam até certo ponto. Apenas 3% confiam totalmente nestas instituições. Em relação ao movimento sindical, 41 % dos jovens pesquisados afirmaram confiar até certo ponto. Igual número disse não confiar. A desconfiança acentuada nas instâncias tradicionais de participação política, conforme revelam os números acima, não implica, necessariamente, em desprezo pela política. Na mesma pesquisa, no que tange à percepção do grau de importância da política, 54% dos entrevistados afirmaram se tratar de algo muito importante. Questionados sobre o melhor para resolver os problemas do Brasil, 59% mencionaram a participação da população nas decisões do governo como a solução mais apropriada. Como se pode perceber, a crise de legitimidade dos sistemas políticos não compromete de todo a importância que a política continua tendo no mundo atual. Todavia, para analisar a política na contemporaneidade se torna necessário abrir mão de esquemas conceituais que já não conseguem abarcar a dinâmica social dos tempos presentes. Fonte: Helena W. Abramo. Condição Abrani juvenil no Brasil contemporâneo. In: Helena Wendel Abramo; Pedro Paulo Martoni Branco (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.



na busca por alternativas possíveis na defesa de uma justiça social global. Por conta disso, tais redes são a expressão de um novo sujeito social e têm transformado, desde os anos 1990, as agendas políticas internacionais a fim de fazer da luta por justiça social como equidade, que se configurou no motor dos movimentos sociais transnacionais, uma ação politicamente relevante. Assim, no campo político, as decisões de ordem política não dependem mais exclusivamente das decisões tomadas pelos Estados. Além disso, tais redes, ou arenas internacionais, são locais de encontro das mais variadas formas de organização. São também os espaços da nova política, onde hierarquias verticais e horizontais confrontam suas diferentes propostas políticas, gerando, por conseguinte, expressivas mudanças nas culturas políticas, tanto no âmbito global, quanto no âmbito local.¹¹

Também, hoje, surge uma nova estrutura social erigida a partir da revolução perpetrada por um novo paradigma tecnológico, a saber, a tecnologia da informação e da comunicação. Tal revolução se manifesta sob as mais variadas formas, conforme as diferentes culturas e instituições, e foi impulsionada por um novo modo de desenvolvimento produtivo, o informacionalismo, aqui entendido como uma organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação e a comunicação de símbolos são fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas, o que teria possibilitado o surgimento de uma nova estrutura social baseada em redes. A especificidade desse modo informacional de desenvolvimento consiste na ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos. Isso tem ocorrido de uma maneira cada vez mais acentuada – uma forte interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação desta tecnologia para melhorar a geração de novos conhecimentos e o processamento das informações deles decorrentes. Destarte, uma série de reformas foi iniciada no âmbito das instituições e do gerenciamento empresarial.

¹¹Carlos Milani; Ruthy Nadia Laniado. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. *Brazilian Political Science Review*. Rio de Janeiro, v.1, n.2 p.10-39, jul.-dez., 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

Segundo Castells,¹² estas reformas visam quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade do setor privado das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. Para alcançar tais propósitos, a inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram decisivas para assegurar tanto a velocidade quanto a eficiência da reestruturação. Para ele, sem a nova tecnologia da informação o capitalismo global teria tido uma realidade muito limitada.

[...] o gerenciamento flexível teria sido limitado à redução de pessoal, e a nova rodada de gastos, tanto em bens de capital quanto em novos produtos para o consumidor, não teria sido suficiente para compensar a redução de gastos públicos. Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado à sua constituição como modo de produção”.¹³

Por tudo isso, pode-se dizer que estamos vivenciando um novo paradigma tecnológico nas mais variadas áreas do conhecimento, a exemplo da engenharia genética, da biologia, da microeletrônica e da informática, além da nanotecnologia. Esse novo paradigma tecnológico consegue criar uma interface entre diferentes campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum, isto é, de uma unicidade técnica, a partir da qual a informação pode ser gerada, armazenada, recuperada, processada e retransmitida. Em última instância essa revolução tecnológica é digital.¹⁴

Essa atual revolução tecnológica se diferencia das anteriores por dois fatores. Primeiro por conta da sua penetração em todos os

¹² Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

¹³ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999, p. 37.

¹⁴ Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.



domínios da vida humana. Segundo, pela aplicação do conhecimento e da informação na geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, num ciclo cumulativo de alimentação contínua entre a inovação e o uso numa velocidade e capacidade cada vez maiores, a custos cada vez mais reduzidos. Isso garantiu que as novas tecnologias da informação se difundissem pelo globo em menos de duas décadas, entre 1970 e 1990. Empresas de todo o mundo, temendo o declínio real da lucratividade, adotaram novas estratégias organizacionais, já mencionadas anteriormente. Em todas essas estratégias, as tecnologias da informação e comunicação foram fundamentais, pois a partir da adoção dessas ferramentas valiosos segmentos de mercado de diferentes países foram conectados a uma rede global, exigindo das empresas uma maior capacidade de informação. Desta maneira, foi possível reduzir significativamente os custos da produção (começando com os custos da mão-de-obra); aumentar a produtividade; ampliar o mercado (em proporção global) e acelerar o giro do capital. Os primeiros beneficiados por esse processo, no diz Castells,¹⁵ foram exatamente os próprios atores da transformação econômica e tecnológica, isto é, as empresas de alta tecnologia, as empresas financeiras e as corporações transnacionais.

A economia capitalista informacional se caracteriza por ser global. Sua gênese consiste na capacidade de funcionar como uma unidade de tempo real em escala planetária, devido às novas tecnologias de informação, que permitem que o capital seja transportado entre economias em curtíssimo prazo (a lógica do tempo intemporal), interconectando poupança e investimentos. Por conta disso, na economia informacional o capital não está necessariamente “colado” ao trabalho. Devido às tecnologias da informação e comunicação, hoje, é possível reproduzir o capital à revelia da exploração da mão-de-obra, voltada para a obtenção da mais-valia. De acordo com Castells,¹⁶ as verdadeiras operações de capital ocorrem nas redes de informação que conectam os principais centros empresariais e que, por sua vez, garantem os recursos humanos e instalações necessárias para gerenciar uma rede financeira cada vez mais complexa capaz de globalizar os fluxos de capital.

¹⁵ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

¹⁶ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

Para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior. A estreita interação entre a desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias da informação proporcionou essas condições. Os primeiros e mais diretos beneficiários dessa reestruturação foram os próprios atores da transformação econômica e tecnológica: as empresas de alta tecnologia e empresas financeiras.¹⁷

Embora os fluxos de capital sejam globais, os mercados de trabalho não o são, excetuando-se, de acordo com Castells,¹⁸ um pequeno, mas crescente segmento de profissionais especializados e cientistas. Contudo, a mão-de-obra é um recurso global de três maneiras: as empresas podem escolher em qual lugar vão se instalar a partir do critério de qual mão-de-obra necessitarão, seja em termos de especialização, custos ou controle social. As empresas também podem solicitar de qualquer parte do mundo uma mão-de-obra altamente especializada, contanto que ofereçam remuneração adequada. Por fim, a mão-de-obra, oriunda de todas as partes do planeta, entrará em qualquer mercado impulsionada pela pobreza, miséria ou guerras em seus locais de origem, ou ainda pelo sonho e/ou desejo de proporcionar uma vida nova repleta de esperança para seus filhos. Estes últimos, ao contrário das duas categorias anteriores, são aqueles que Bauman¹⁹ classifica como vagabundos, em oposição aos turistas.

De acordo com o sociólogo polaco, todos nós estamos em constante movimento, seja a contragosto, por desígnio ou à revelia. Segundo ele, ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Acontece que alguns indivíduos se movem por vontade própria, o que impulsiona o desenvolvimento do sistema vigente. Por isso tais indivíduos, caracterizados como turistas, onde quer que estejam, são bem aceitos. Já os vagabundos movimentam-se a contragosto ou à revelia, impulsionados pelas condições acima mencionadas. Para estes, estão reservadas as periferias das grandes

¹⁷ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999, p. 104.

¹⁸ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

¹⁹ Zygmunt Bauman. *Modernidade e ambivalência*, 1999.

idades e as duras leis de controle migratório. Por viverem à margem do sistema, são cidadãos marginais, são vidas desperdiçadas porque jamais se inserirão ou terão enormes dificuldades de se inserir no sistema que os marginaliza.²⁰

Essa marginalização, segundo Maciel,²¹ causa um profundo impacto naquilo que ele, apropriando-se de estudos oriundos da psicologia social, chama de condição existencial das pessoas. Para ele, a noção de realizações pessoais e de dignidade, derivada do auto sustento material oriundo do trabalho e de uma carreira realizada, são fundamentais para a construção da nossa identidade e, também, de um projeto de vida satisfatório. Sem isso, a atuação cidadã fica comprometida, tanto no que se refere à busca de direitos, quanto à construção de bens imateriais coletivos, pois os indivíduos encontram grandes dificuldades para agir no espaço público, “devido a uma degradação da personalidade que resulta em um isolamento pré-reflexivo de indivíduos intimidados por exigências intersubjetivas a que não conseguem corresponder”.²² Nessa perspectiva, os indivíduos que não conseguem obter satisfação profissional, isto é, que não conseguem se inserir nesse contexto ocidental, seja por qual motivo for, gradativamente vão experimentando um sentimento de solidão no mundo, pois não logram nenhum valor para si e muito menos para os demais membros da comunidade na qual estão inseridos. A única maneira possível de se evitar essa condição de solidão é conquistar o reconhecimento dos outros através da utilidade que se tem na sociedade como um todo, ou seja, através do trabalho socialmente valorizado.

É a partir da Reforma Protestante que, de acordo com Maciel,²³ citando Taylor, o trabalho e a família passam a denotar o centro de uma boa vida, ao contrário do pano de fundo contemplativo da Antiguidade. É dessa centralidade que, para Taylor, emana a necessidade moderna de respeito, seja este ativo, isto é, aquele que somos obrigados a ter frente aos outros por conta do avanço moderno da noção de direito civil, que prega ser todo cidadão portador de

²⁰ Zygmunt Bauman. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

²¹ Fabrício Maciel. “Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica”. In: SOUSA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

²² Fabrício Maciel. “Todo trabalho é digno?”, 2006, p. 302.

²³ Fabrício Maciel. “Todo trabalho é digno?”, 2006.

autonomia e direitos iguais (mais identificado com o que hoje muitos chamam de politicamente correto); seja o atitudinal, aquele que não somos compelidos a conceder, mas, ainda assim o fazemos, pois somos movidos pela admiração e consideração pelas propriedades intrínsecas do outro. No que tange ao trabalho, aqueles que não possuem uma profissão intersubjetivamente classificada como digna, carecem de respeito atitudinal, essencial para a construção e fortalecimento da autoestima bem como para a segurança ontológica. Esse raciocínio também pode ser aplicado à questão das juventudes no mundo contemporâneo, à medida que, em geral, estas ainda não possuem essa intersubjetividade classificada como digna. Por conta disso, a maneira como se organizam politicamente não é considerada ou ainda, sequer é vista como política, o que, por conseguinte, impacta sobremaneira no comportamento político das juventudes no mundo contemporâneo, levando boa parte das/dos jovens a desqualificarem formas alternativas de participação, a exemplo, de movimentos artísticos-culturais como o hip hop, movimento típico das juventudes periféricas dos grandes centros urbanos mundiais.

Maciel²⁴ chama a atenção para o fato de Taylor enfatizar que todo esse processo que leva o sujeito a mergulhar nessa solidão ontológica somente é eficaz devido a um processo de naturalização dessa condição. Esta, por sua vez, se desenvolveu nas sociedades ocidentais a partir do momento em que a ideia de *self* pontual, isto é, um eu autônomo e historicamente construído, passou a ocupar o principal lugar no que se refere à interpretação da vida em nosso imaginário. Com o advento do racionalismo, esse *self* passa a ser exacerbado ao extremo, levando-nos a acreditar que os nossos fracassos são pessoais e, de certa maneira, conscientes, e não oriundos de uma complexa e imperceptível construção de distinções sociais e condições políticas e estruturais da sociedade. Este processo provoca o que Bauman²⁵ chama de esvaziamento da política, sobretudo na fase atual da modernidade líquida. Para superarmos esse esvaziamento devemos explicitar e compreender esse pano de fundo que “naturaliza” as desigualdades e as exclusões.

Do mesmo modo que o capital, também a ciência, a tecnologia e a informação estão organizadas em fluxos globais, promovendo uma maior interação entre essas áreas. Já os mercados de

²⁴ Fabrício Maciel. “Todo trabalho é digno?”, 2006.

²⁵ Zygmunt Bauman. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.



bens e serviços, a despeito do protecionismo e das restrições ao livre comércio, também estão se tornando cada vez mais globalizados e, portanto, conectados à lógica da rede. Apesar de o mundo contemporâneo ser e estar caracterizado por uma estrutura social formada por redes, o que está ocorrendo em larga escala é uma crescente distância e tensão entre a rede e o ser, ou em outras palavras, entre globalização e identidade. Trata-se de uma consequência involuntária da tecnologia. Redes globais de riqueza e poder conectam diferentes sociedades, indivíduos e movimentos sociais em todo o planeta. Por outro lado, desconectam e excluem grandes segmentos das sociedades, regiões e até países inteiros. No mundo informacional contemporâneo há pouco espaço para os não-iniciados na linguagem dos computadores, assim como para os territórios não atualizados, a exemplo de muitas regiões no continente africano, da Ásia e da América Latina. Por conta disso, a tensão entre a rede e o ser não se expressa nos espaços de fluxos da rede global, mas sim nos espaços de lugares, pois como afirma Bauman,²⁶ a condição humana, o ser, é sempre local, territorializado.

As sociedades contemporâneas podem ser denominadas de sociedades em rede, por serem informacionais (onde o modo de produção é informacional) e orientadas pelo tempo intemporal (transformação da concepção tradicional de tempo), no qual predomina a lógica do curto prazo; impregnadas de virtualidade real. A ideia de tempo intemporal está ligada tanto ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, que acabaram gerando um novo contexto social, o contexto sócio técnico, quanto ao surgimento do espaço de fluxos, que dissolve o tempo, desordenando a sequência dos eventos e tornando-os simultâneos, instalando, assim, a sociedade na efemeridade eterna. Nesse novo contexto social, regido pela lógica do curto prazo, o tempo cronológico (linear, irreversível, mensurável e previsível) está sendo fragmentado e convive com um paradigma emergente de temporalidade, o tempo intemporal, aleatório e incursivo, forma dominante emergente do tempo social na sociedade em rede, conforme assevera Manuel Castells.²⁷

²⁶ Zygmunt Bauman. *Modernidade e ambivalência*, 1999.

²⁷ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

Para Melucci,²⁸ os distintos tempos experimentados pelos indivíduos na contemporaneidade são muito diferentes entre si e às vezes parecem até opostos. Segundo ele, há tempos muito difíceis de comensurar, pois estão diluídos ou extremamente concentrados. Basta lembrar na multiplicidade de tempos que as imagens produzidas pela televisão, propagandas e demais mídias geram na vida diária de todos. Tal multiplicidade significa, também, separações e descontinuidades entre os diferentes tempos nos quais vivemos, descontinuidades estas mais acentuadas que em contextos passados e muito mais perceptíveis do que em estruturas sociais relativamente homogêneas.

O tempo intemporal ocorre quando as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional e a sociedade em rede, causam confusão na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto. Com isso, o conceito tradicional de tempo foi modificado nos mais diversos âmbitos da vida social, mas não superado, pois, segundo ele, os espaços de fluxos não anulam a existência de lugares. A economia passou a se orientar pela lógica do curto prazo. Pela primeira vez na história, diz Castells,²⁹ surgiu um mercado de capital global unificado, funcionando em tempo real (grandes transações financeiras feitas em alguns minutos ou até mesmo em alguns segundos). O trabalho, assim como a economia, também passou a ser orientado pela lógica do tempo real e da lei do curto prazo. O mercado de trabalho passou a exigir profissionais cada vez mais qualificados para tomar decisões rápidas, ou seja, em tempo real. Com isso, diminuiu a jornada de trabalho real dos trabalhadores qualificados, sobretudo nos países mais industrializados. Em contrapartida, a jornada dos trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação aumentou, sobretudo nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, tornando possível a existência de temporalidades múltiplas e contraditórias dentro de uma mesma estrutura. Essa multiplicidade temporal tem provocado uma incontável e irreversível fragmentação das sociedades. Da mesma forma se modificou a noção de tempo biológico, devido aos avanços tecnológicos na medicina, em especial na medicina reprodutiva. Partindo-se da lógica pela qual se orienta o sistema capitalista, a expectativa de vida “útil” se ampliou. Por essa razão é possível adiar os planos e ampliar os limites das diferentes faixas etárias. Assim, está

²⁸ Alberto Melucci. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Young*, Estocolmo, v.04, n. 02, p. 03-14, 1996.

²⁹ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.



havendo uma dissociação radical entre idade e condição biológica, prorrogando a percepção que se tem sobre o ser jovem e entre reprodução e paternidade/maternidade. Baseados nessa lógica, governos conservadores e totalmente identificados com a ideologia neoliberal promovem reformas trabalhistas, que propõem, inclusive, o aumento do tempo de trabalho e o conseqüente adiamento da aposentadoria, a exemplo do que vem ocorrendo atualmente no Brasil (assim mesmo com letra minúscula) do governo golpista e ilegítimo do presidente Michel Temer.

No contexto do tempo intemporal a comunicação é basicamente mediada por computadores e dispositivos móveis, a exemplo de *tabletes* e celulares, o que permite uma interatividade multilateral; uma instantaneidade e simultaneidade na transmissão das informações, além de uma flexibilidade que misturam a ocorrência dos tempos. Tudo isso cria, então, a cultura da virtualidade real, ao mesmo instante, eterna e efêmera, pois alcança toda a seqüência passada e futura das expressões culturais, mas cada organização, cada seqüência específica depende do contexto e do objetivo da construção cultural solicitada, o que, por sua vez, tem modificado sobremaneira formas tradicionais de participação política, especialmente de atores jovens, como o movimento estudantil, por exemplo. No que tange às manifestações, os movimentos estudantis contemporâneos têm adotado algumas táticas que estão em consonância com as transformações anteriormente mencionadas. Para ilustrar esse raciocínio, recorrerei a três acontecimentos históricos envolvendo o movimento estudantil em diferentes espaços e tempo.

Entre os meses de agosto e novembro de 2003, ocorreu em Salvador uma manifestação que ficou conhecida na cidade como a Revolta do Buzú. Desencadeada por estudantes secundaristas, a principal reivindicação deles era a redução da tarifa do transporte público de R\$ 1,50 para R\$ 1,30. Melhorias nesse setor sempre fizeram parte das reivindicações dos estudantes soteropolitanos. Contudo, para muitos deles foi a partir da Revolta do Buzú que essa demanda foi colocada em pauta como uma demanda por direito à educação, ao lazer, à cultura e ao trabalho, enfim, uma demanda por justiça social e equidade.³⁰

³⁰Ana Paula Carvalho; Júlia Ribeiro de Oliveira. *A Revolta do Buzú*. Salvador (BA): Manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2007.

O alto valor das tarifas do transporte público e o número reduzido de ônibus e linhas têm um impacto direto no orçamento familiar e na qualidade de vida de grande parte da população da capital baiana, sobretudo da população de baixa renda. Talvez por conta disso a Revolta do Buzú tenha recebido grande apoio da população. Trabalhadores em geral, professores, até mesmo alguns policiais e motoristas de ônibus, reconheciam a legitimidade das reivindicações estudantis e a importância do ato, a despeito dos enormes transtornos causados por conta dos grandes engarrafamentos provocados pelos estudantes nas principais ruas e avenidas da cidade.

Vale ressaltar que os estudantes que participaram da Revolta do Buzú rejeitavam a interferência das entidades tradicionais de representação estudantil, a exemplo da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), por julgarem suas lideranças mais comprometidas em fechar um acordo com a Prefeitura Municipal, e, assim, colher futuros benefícios políticos, do que com as demandas propriamente estudantis. Como é possível perceber nos depoimentos mostrados no filme “A Revolta do Buzú”, do documentarista Carlos Pronzato,³¹ os estudantes, na verdade, rejeitavam uma organização verticalizada do movimento, onde as decisões, muitas vezes, são tomadas sem o conhecimento ou consentimento dos seus integrantes.

Em maio de 2006, o movimento estudantil secundarista chileno protagonizou uma grande mobilização em prol da educação de qualidade no país, que ficou conhecida como a Rebelião dos Pinguins, como são chamados os estudantes secundaristas daquele país por conta dos seus uniformes. A demanda principal do movimento, a princípio, era pela gratuidade do passe escolar, visto como um direito dos estudantes. Com a recusa do governo em negociar, as reivindicações foram se ampliando. A principal demanda passou a ser, então, a revisão da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), promulgada em março de 1990, nos últimos dias do regime ditatorial de Pinochet. Entre outras coisas, a LOCE reputa aos municípios a responsabilidade pela educação pública, autoriza o repasse de verbas

³¹ Carlos Pronzato. *A Revolta do Buzú*. Direção e roteiro: Carlos Pronzato. Salvador-Três de Maio/RS: La Mestiza Audiovisual Produções/MF Vídeo/Focus Vídeo, 2003. 1 DVD (70 min).



públicas para 40% das instituições particulares de ensino; e deixa a cargo destas o controle sobre os fundos repassados.³²

Para mudar essa situação, os estudantes foram às ruas protestar. Já no primeiro protesto cerca de 4 mil estudantes ocuparam as principais ruas de Santiago. A dura repressão policial, no entanto, os levou a adotar outra estratégia: a ocupação das escolas. Dessa maneira, argumentam alguns estudantes no documentário “La Rebelión Pingüina”, de Carlos Pronzato,³³ o movimento desnorteou as autoridades, pois saíram das ruas, mas não arrefeceram os protestos. Em duas semanas, mais de 90% das escolas secundaristas estavam ocupadas em todo o Chile.

Para León,³⁴ é difícil classificar politicamente os atores da Rebelião dos Pinguins, pois, trata-se, antes de tudo, de um movimento cidadão que se orienta por outros critérios e outros tipos de ações, que não correspondem àqueles largamente difundidos pela literatura política mais clássica. Para ele, os acontecimentos desencadeados pelos estudantes secundaristas chilenos estariam mais próximos a uma dupla rebelião, isto é, “um levantamento cidadão e um revelar-se, como tirar o véu do oculto e ignorado sobre as iniquidades e desigualdades sociais”.³⁵ Talvez por isso, continua ele, este movimento tenha acirrado o mais amplo e unânime leque de apoio de todos os setores e atores sociais e políticos do Chile. “Isso quer dizer que ele adquiriu uma legitimidade tremenda, não só nas formas de atuação e mobilização dos estudantes, mas fundamentalmente, em suas demandas e conteúdos. É a demanda por uma sociedade mais equitativa e justa, na qual os benefícios do crescimento devem chegar a todos”.³⁶ O mesmo raciocínio pode ser aplicado na Revolta do Buzú, como também, às ocupações estudantis de 2016.

Em 2016, estudantes do Brasil inteiro fizeram um dos maiores movimentos de ocupação da história recente do país. De norte a sul do

³² Oscar Dávila León. A rebelião dos pinguins. In: *Revista Electrónica Latinoamericana de Estudios sobre Juventud*, p. 11-13, ano 2, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.joveneslac.org/portal/000/publicaciones/revista/3/index.htm>>. Acesso em: 05/05/2008.

³³ Carlos Pronzato. *La Rebelión Pingüina*. Direção e roteiro: Carlos Pronzato. Salvador/Santiago: La Mestiza Audiovisual Produções, 2006. 1 DVD (40 min).

³⁴ Oscar Dávila León. A rebelião dos pinguins, 2008.

³⁵ Oscar Dávila León. A rebelião dos pinguins, 2008, p. 12.

³⁶ Oscar Dávila León. A rebelião dos pinguins, 2008, p. 13.

território nacional, mais de mil instituições de ensino, universidades federais e estaduais, institutos federais e escolas secundaristas, foram ocupadas por estudantes contra a PEC 241/55, que prevê contenção de gastos públicos por vinte anos, especialmente em saúde e educação, contra a Reforma do Ensino Médio e contra o Escola Sem Partido, assim como, contra a legitimidade do governo golpista do Michel Temer. Em alguns estados da federação, a exemplo de São Paulo, Goiás e Paraná, as ocupações ganharam um caráter de denúncia contra os governos locais (todos do PSDB) por conta da truculência no que tange à repressão ao movimento, especialmente, ao movimento estudantil secundarista.

Da mesma forma que os acontecimentos anteriormente mencionados, as ocupações estudantis de 2016 também significaram uma luta por justiça social como equidade, afinal, após a concretização do golpe jurídico-parlamentar-midiático sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, o projeto político neoliberal, sucessivamente rejeitado nas urnas desde 2002, tomou de assalto o Estado brasileiro e, desde então, passou a atacar frontalmente os direitos de trabalhadores, estudantes, das populações negras, quilombolas e indígenas, das pessoas LGBTT e de toda gente historicamente excluída e vulnerabilizada, com o único objetivo de manter os privilégios de uma elite econômica, política e empresarial notadamente racista, misógina, lgbtfóbica e autoritária. Assim, o movimento de ocupação estudantil de 2016 se constituiu numa luta voltada para a defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito; assim como, dos princípios e valores que devem nortear a construção de uma sociedade equitativamente justa.

Um ponto inovador nos três acontecimentos acima mencionados foi o uso da tecnologia nas suas ações. Os protestos e reuniões costumavam ser combinados via computador e/ou celulares, registrados em vídeo e, posteriormente, postados na internet. Além destas ferramentas, os manifestantes também utilizavam as redes sociais (*blogs, fotoblogs, Facebook, Youtube, etc.*) para divulgar o movimento e permitir que qualquer um tivesse acesso a ele. A utilização em grande escala desses meios, pelos quais os estudantes manifestavam suas reflexões e propostas, ajudou a difundir o movimento, levando suas proposições ao conhecimento de amplos setores da sociedade. Em outras palavras, transformaram, por meio dos veículos midiáticos, temas específicos, em um assunto que diz



respeito a todos, como nos lembra Touraine,³⁷ resinificando e dilatando o conceito de política e de ação e participação política.

É importante ressaltar que tanto a Rebelião dos Pinguins quanto a Revolta do Buzú, assim como as ocupações estudantis de 2016, têm no uso das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, um dos seus pontos em comum. O uso de tais ferramentas ocorria com o intuito de divulgar as razões dos protestos estudantis e dar acesso à sociedade a uma versão dos fatos alternativa àquela divulgada pela chamada grande imprensa, comprometida com os interesses corporativos dos empresários que a controlam. A maneira de agir desses estudantes mostra que, no mundo contemporâneo, o controle da produção e divulgação da informação não é mais, como já foi mencionado anteriormente, monopólio nem do Estado, nem das empresas e muito menos dos profissionais de comunicação.

A facilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação (ao menos para a parcela da população que pode pagar por elas), interfaces cada vez mais simplificadas, o que permite o manuseio de tais ferramentas por indivíduos sem grandes e profundos conhecimentos técnicos, popularizaram sobremaneira a utilização de aplicativos, softwares e suportes tecnológicos. Tudo isso tem mudado a maneira como as pessoas têm interagido na contemporaneidade, inclusive no que tange às interações ocorridas por motivações mais marcadamente políticas, o que, por conseguinte, impacta nas culturas políticas, uma vez que, hoje, elas estão imersas em um universo de temporalidade não-diferenciada de expressões culturais.

O tempo intemporal é inerente ao espaço de fluxos, ao passo que a noção tradicional de tempo biológico e sua sequência socialmente determinada caracterizam os espaços de lugares. De qualquer maneira o espaço está modelando o tempo na contemporaneidade. Isso, segundo Castells,³⁸ inverte uma tendência histórica: espaços de fluxos induzem tempo intemporal, enquanto os espaços de lugares estão presos ao tempo. Essa tendência demonstra o que ele chama de vingança histórica do espaço, uma vez que este tem estruturado a temporalidade em lógicas diferentes e até mesmo

³⁷ Alain Touraine; Farhad khosrokhavar. *A busca de si: diálogos sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

³⁸ Manuel Castells. *A sociedade em rede*, 1999.

contraditórias dependendo da dinâmica espacial. Enquanto os espaços de fluxos dissolvem o tempo, modificando radicalmente a sequência dos eventos, tornando-os simultâneos, os espaços de lugares, que são, por natureza, fragmentados e múltiplos, expressam temporalidades diversas do domínio mais primitivo dos ritmos naturais a mais estrita tirania do tempo cronológico.

Touraine³⁹ define esse período de temporalidades diversas como uma nova modernidade, a qual rejeita a modernidade puramente racionalista, por ter encerrado tudo que parecia resistir ao triunfo da razão em instituições fortemente opressivas. Na nova modernidade as relações entre racionalização (ciência/técnica) e subjetivação (criatividade) são simultaneamente opostas e complementares, o que levou ao que o autor chama de libertação do sujeito, isto é, a transformação do sujeito em ator social capaz de se inserir nas relações sociais, modificando-as, sem, no entanto, identificar-se com nenhum grupo ou coletividade. Os conflitos sociais, da mesma maneira, não se concentram exclusivamente no elemento econômico.

Apesar de os conflitos de classe não terem desaparecido, a relação burguesia e proletariado não detém mais a proeminência de antes. Isso se deve, principalmente, pelo fato destes conflitos de classe terem, de uma forma geral, se institucionalizado, abrindo espaço para outras reivindicações sociais, agora não mais centradas unicamente nas questões de ordem econômica, mas, sobretudo, no âmbito da cultura. Surgem, então, os movimentos feministas, o movimento gay, o movimento negro ou indígena, entre outros. Os laços que unem estes novos movimentos são mais comunitários e localizados. Entretanto, no contexto da globalização, eles adquirem uma abrangência social ampla que atinge níveis transnacionais. O sujeito que deles emerge, tem a capacidade de integrar tendências díspares, ou seja, aquelas oriundas do universalismo abstrato do mercado com o particularismo fechado da comunidade. Porém, ressalta Touraine,⁴⁰ essa capacidade somente pode existir se esse sujeito colocar as crenças acima do mundo comunitário no qual está inserido e se opuser o tema do trabalho ao do mercado. Por tudo isso, não se deve esperar que os atores sociais de hoje venham a aderir a projetos que exijam deles uma identificação total ou exclusiva com uma determinada coletividade, ideal ou mesmo a projetos de longo prazo. O que se persegue

³⁹ Alain Touraine; Farhad khosrokhavar, *A busca de si: diálogos sobre o sujeito*, 2004.

⁴⁰ Alain Touraine; Farhad khosrokhavar, *A busca de si: diálogos sobre o sujeito*, 2004



atualmente, após a constatação de que, a despeito dos progressos perpetrados pela modernidade há ainda sofrimento e infelicidade para os seres humanos, não é mais o controle dos meios de produção, mas, sim, a defesa dos direitos e da dignidade dos sujeitos. Trata-se, portanto, da defesa de direitos humanos, abrangendo, inclusive, os direitos sociais básicos e a defesa da dignidade de atores coletivos, assim como, de categorias não-humanas, uma vez que os movimentos ecológicos atuais trabalham com uma versão expandida de ética que vai além do humano, rumo ao natural e, talvez, mesmo ao cósmico, como nos assinala Ribeiro.⁴¹

Embora não sejam essenciais para a formação de uma cultura política mais intensamente participativa, uma vez que tal cultura depende muito mais de fatores como educação, por exemplo, as tecnologias de informação e comunicação no mundo contemporâneo têm contribuído significativamente para a ampliação dos espaços de participação, assim como para uma ressignificação do próprio conceito de política, tornando-o mais amplo e abrangente. Isso não sugere imputar nenhum juízo de valor a estas tecnologias. Implica dizer, tão somente, que as análises dos fenômenos políticos contemporâneos, sejam estes referentes às eleições, ao funcionamento das instituições públicas, à atuação parlamentar, à participação cidadã, à ação dos movimentos sociais, entre outros, não podem mais desconsiderar o papel das tecnologias de informação e comunicação, haja vista que tais ferramentas tecnológicas contribuíram expressivamente na modelagem da face contemporânea da modernidade. Sendo assim, torna-se necessário para as ciências sociais, em especial, para a ciência política, reavaliar esquemas conceituais e metodológicos que não conseguem mais abarcar a dinâmica social e política dos tempos presentes. Caso contrário, tais análises correm o risco de cair num vazio analítico, porquanto, parafraseando o poeta Cazusa, as ideias delas oriundas não corresponderão aos fatos, visto que o tempo não para.

Recebido em 18/03/2017 - Aprovado em 30/04/2017

⁴¹ Renato Janine Ribeiro. Política e juventude: o que fica da energia. In: *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.





Perspectiva
Histórica

E
N
T
R
E
V
I
S
T
A

E
N
T
R
E
V
I
S
T
A

E
N
T
R
E
V
I
S
T
A

